

Sem pagamento da dívida do Inamps, Santa Casa ameaça parar

A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo ameaça paralisar suas atividades na próxima semana, caso não receba o pagamento de parte da dívida do Inamps. "Não teremos condições de atender a população se não houver mais repasses", afirmou o superintendente da entidade, Antônio Carlos Forte. A verba liberada sexta-feira (Cr\$ 21 bilhões) representa 30% do valor das interações de abril. Dia 30, com o vencimento de nova parcela, a dívida será de Cr\$ 250 bilhões.

"Precisamos receber pelo menos o suficiente para quitar a folha de pagamento", disse o superintendente. Forte salientou que a Santa Casa não realizará este mês empréstimo bancário para tentar garantir o atendimento. "Nossa dívida já é de Cr\$ 250 bilhões; caso isso aumente, trabalharemos apenas para pagar os juros."

Além do atraso no pagamento do Inamps e dos juros refe-

rentes a empréstimos bancários, a Santa Casa tem de enfrentar o aumento do movimento. Na semana passada, por exemplo, o número de pacientes cresceu 23%, por causa do fechamento de hospitais particulares e das dificuldades dos filantrópicos.

O superintendente da Federação das Misericórdias do Estado de São Paulo, Sylvio Bellicano, também está apreensivo. "As Santas Casas conseguirão manter suas portas abertas somente se houver o repasse de verbas suficientes para saldar a folha de pagamento." Ele informou que não há previsão para o fechamento das unidades. "Manteremos o atendimento até o momento em que não houver mais condições de garantir segurança aos pacientes". Até agora, estão fechadas as Santas Casas de Itapetininga e Guarulhos. A de Jauá atende casos de emergência e a de São Carlos está prestes a fechar. Com o

vencimento de nova parcela dia 30, a dívida do Inamps chegará a Cr\$ 30 trilhões.

Calamidade — O presidente do Sindicato de Hospitais de São Paulo, Chafic Farah, afirmou ontem que a suspensão do atendimento ao Sistema Unificado de Saúde permanece. Ele acredita que a adesão ao movimento será maior a partir de quarta-feira. "É preciso decretar calamidade pública", afirmou. Assim, seria possível usar a verba depositada no Banco Central referente ao excesso de arrecadação.

Funcionários do hospital Sorocabana e Umberto Primo foram recebidos ontem pelo secretário do governo, Cláudio Alvarenga. No encontro, Alvarenga afirmou que US\$ 1 bilhão será repassado para o Umberto Primo. Os administradores do Sorocabana devem esclarecer como a verba suplementar do governo estadual é empregada.